

Superior Tribunal de Justiça

RECLAMAÇÃO Nº 38.412 - SP (2019/0197308-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECLAMANTE : MARIA GILDA AVALONE OLIVEIRA ROSA
RECLAMANTE : PEDRO HENRIQUE BORDIM ROSA
RECLAMANTE : ISABELLA BORDIM ROSA
RECLAMANTE : LEONARDO OLIVEIRA ROSA
ADVOGADOS : PEDRO PAULO FERNANDES SCALANTE - SP108331
WELLINGTON ARAÚJO DOS SANTOS - SP151769
DANIEL PEDRAZ DELGALLO - SP187364
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : BRUNO PROENÇA ALENCAR - SP335558

DECISÃO

Trata-se de Reclamação Constitucional, ajuizada por MARIA GILDA AVALONE OLIVEIRA ROSA e outros, com fundamento no art. 105, I, alínea f, da Constituição Federal c/c art. 988 do CPC/2015 e 187 do RISTJ, em face de decisão proferida pelo Presidente da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos autos da Apelação Cível n. 1050193-47.2017.8.26.0053/50000.

Sustenta, a parte ora reclamante, em síntese, que a Corte de origem, ao manter a sentença que extinguiu a execução individual de título oriundo de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, ante o reconhecimento da prescrição, **divergiu do entendimento firmado no âmbito desta Corte Superior, nos autos dos REsp 1.336.026/PE (Tema 880/STJ), Rel. Min. OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 30/06/2017, sob a sistemática do art. 1.036, do CPC/2015, integrado pelo julgamento de Embargos de Declaração acolhidos parcialmente a fim de modular os efeitos da tese firmada** (DJe de 22/06/2018).

Para tanto, argumenta que:

"Não sendo possível executar obrigação ilíquida, não se pode admitir que corra o prazo prescricional antes do término da fase processual necessária para conferir liquidez à obrigação, não se podendo aceitar, data vênia, o disposto no Acórdão ora recorrido, que bastava simples calculo aritmético para apuração do valor devido à recorrente, pois a obrigação e elaboração das folhas de pagamento das pensionistas do Estado de SP são elaboradas pela Administração Publica. Ademais, por se tratar do erário publico, não poderia a recorrente executar qualquer valor ilíquido" (fl. 15e).

Superior Tribunal de Justiça

Por fim, requer a "a procedência da presente RECLAMAÇÃO para dar garantia da autoridade de suas decisões no sentido que seja determinado o prosseguimento da execução, com o afastamento de prescrição nos termos do determinado NO EDcl no REsp n.º 1.336.026/PE" (fl. 24e).

Informações a fls. 285/287e.

Parecer do Ministério Público Federal, a fls. 289/298e, pela extinção do feito, sem resolução do mérito.

A presente Reclamação sequer merece processamento.

Nos termos do art. 105, I, f, da Constituição Federal c/c o art. 988 do CPC/2015 e o art. 187 do RISTJ, cabe Reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para preservar a competência do Tribunal, **garantir a autoridade das suas decisões, garantir a observância de Enunciado de Súmula Vinculante e de decisão do STF em controle concentrado de constitucionalidade e garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas ou de Incidente de Assunção de Competência**, não podendo, conforme entendimento há muito consolidado, ser utilizada como substitutivo de recurso previsto na legislação processual, o que se verifica na espécie.

Destaque-se que o **art. 988, § 5º, II, do CPC/2015** dispõe que é inadmissível a Reclamação proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias, **enquanto não exauridas as instâncias ordinárias, in verbis:**

"Art. 988. **Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:**

- I - preservar a competência do tribunal;
 - II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;
 - III – garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;
 - IV – garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência;
- § 1º A reclamação pode ser proposta perante qualquer tribunal, e seu julgamento compete ao órgão jurisdicional cuja competência se busca preservar ou cuja autoridade se pretenda garantir.
- § 2º A reclamação deverá ser instruída com prova documental

Superior Tribunal de Justiça

e dirigida ao presidente do tribunal.

§ 3º Assim que recebida, a reclamação será autuada e distribuída ao relator do processo principal, sempre que possível.

§ 4º As hipóteses dos incisos III e IV compreendem a aplicação indevida da tese jurídica e sua não aplicação aos casos que a ela correspondam.

§ 5º **É inadmissível a reclamação:**

I – proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada;

II – **proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias".**

Sobre a aplicação do referido dispositivo, já assentou a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça que, **"após a vigência do art. 988, do CPC/2015, passou a ser admitida a reclamação para garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de recurso especial repetitivo após o esgotamento das instâncias ordinárias com o julgamento pelo Órgão Especial da Corte de Origem do agravo interno previsto no art. 1.030, § 2º, do CPC/2015, interposto da decisão que inadmitiu o recurso especial por considerar o acórdão recorrido em conformidade com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos.** Precedentes do STF em casos análogos: Rcl. n. 24.385 AgR / MA, STF, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 08.08.2017; voto do Min. Luís Roberto Barroso na Rcl n. 25.090 AgR / RJ, STF, Primeira Turma, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 11.11.2016; Rcl n. 24.686 ED-AgR / RJ, STF, Segunda Turma, Rel. Min. Teori Zavascki, julgado em 25.10.2016" (STJ, Rcl 32.391/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 18/12/2017).

Confiram-se, nesse norte, os seguintes julgados desta Corte:

"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA RECLAMAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ACÓRDÃO. OBSERVÂNCIA. REQUISITO. ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIA.

1. O cabimento da reclamação prevista no § 5º do artigo 988 do Código de Processo Civil de 2015 depende do esgotamento prévio das instâncias ordinárias.

2. O exaurimento de instância só se concretiza com o julgamento do agravo interno interposto contra a decisão do

Superior Tribunal de Justiça

tribunal de origem que não admitiu o recurso especial, haja vista a previsão expressa do § 2º do artigo 1.030 do Código de Processo Civil de 2015.

3. Na hipótese, a parte reclamante, em vez de interpor o competente agravo interno na origem, interpôs o agravo de que trata o artigo 1.042 do Código de Processo Civil de 2015, não ocorrendo o esgotamento de instância.

4. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt nos EDcl na Rcl 35.338/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 23/10/2018).

"1. O manejo da reclamação do art. 988 do CPC/2015 é inviável enquanto não esgotada a instância ordinária, o que se verifica tão somente quando a decisão reclamada seja proferida pelo Tribunal de origem em sede de agravo interno interposto contra a inadmissibilidade do recurso especial, nos termos do art. 1.030, I, 'b', do CPC. Precedentes.

2. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt nos EDcl na Rcl 34.455/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 23/10/2018).

No caso, do exame da documentação acostada aos autos, verifica-se que a parte ora reclamante, em face da negativa de seguimento do Recurso Especial, com base no art. 1.030, I, do CPC/2015, deixou de interpor Agravo interno, previsto no art. 1.030, § 2º, do CPC/2015, manejando, em vez disso, Agravo em Recurso Especial, nos termos do art. 1.042 do CPC/2015, recurso que se afigura manifestamente inadmissível na espécie, conforme reconhecido no **decisum** de fls. 273/275e, **a evidenciar, portanto, a ausência do exaurimento da jurisdição ordinária.**

Ante o exposto, com fulcro no art. 485, IV e VI, do CPC/2015 c/c o art. 34, inciso XVIII, a, do RISTJ, **indefiro liminarmente** a presente Reclamação.

Decorrido o prazo recursal, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição.

I.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora